

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RECURSO Nº 120, DE 1996

(CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM QUESTÃO DE ORDEM)

Recorre da decisão da Presidência em questão de ordem acerca da solicitação de verificação de votação, com base no art. 185, § 4º, do Regimento Interno, indeferida por tratar-se de matéria vencida, já que o Plenário havia deliberado no sentido de rejeitar a verificação.

Autor: Deputado GERSON PERES

Relator: Deputado CESAR SCHIRMER

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso, interposto pelo nobre Deputado GERSON PERES, contra a decisão da Presidência que indeferiu questão de ordem no sentido de se submeter à votação nominal matéria para a qual o Plenário já havia negado, por voto simbólico, verificação de votação requerida nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno.

Em defesa do presente recurso, alega-se, em síntese, que o Regimento Interno, quando abre exceção para bancadas numerosas, busca a votação nominal, sendo uma violência ao dispositivo regimental a interpretação dada, naquele momento, à matéria que impedia a votação nominal requerida por bancada grande, como a do Recorrente.

A proposição vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para exame e parecer, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cuida o presente recurso de situação esdrúxula contemplada no Regimento Interno, qual seja: de um lado, permitir-se que se proceda à votação nominal, antes do decurso de uma hora de outro pedido de verificação, desde que o Plenário assim o decida, a requerimento de um décimo do total de membros da Casa; de outro lado, permitir-se que o próprio pedido de verificação seja votado simbolicamente.

Ora, parece certo que, em sendo votado simbolicamente o pedido de verificação, a decisão, novamente, volta para as mãos exclusivas da Presidência, a quem compete proclamar o resultado aparente dos votos, o que faz a situação retomar ao ponto inicial que se quis contestar por meio do pedido de verificação. Vale dizer: pretendeu-se realmente permitir nova verificação da votação antes do decurso de uma hora, desde que assim o decidisse o Plenário, o Regimento Interno andou mal, esquecendo-se de obrigar a que, neste último caso, a decisão fosse necessariamente tomada por voto nominal.

Veja-se que, ainda que quiséssemos interpretar de outro modo a engenharia da norma regimental, de forma mais consentânea com a lógica ou com o fim colimado pelo referido art. 185, § 4º, não poderíamos passar por cima da disposição contida no art. 186, § 1º, que veda, expressamente, a votação nominal de requerimentos verbais, como é o caso dos que solicitam verificação de votação, nos termos do art. 114, VIII, do mesmo Regimento Interno.

Assim é que, muito embora nos pareça deficiente e criticável do ponto de vista da razoabilidade a regra da votação simbólica do requerimento de verificação prevista no § 4º do art. 185 do Estatuto Regimental, entendemos que, enquanto não sofra alteração formal, sua aplicação pela Presidência é legítima, estando rigorosamente amparada pela norma interna.

Pelas razões expostas nas linhas antecedentes, nosso voto é pelo não-provimento do Recurso nº 120, de 1996, ora em exame.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado CEZAR SCHIRMER
Relator